



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

## INDICAÇÃO Nº 5001/2021

Indica a realização de estudos e análises objetivando agregar Ações de Combate ao Racismo Ambiental às Políticas Públicas Municipais de Combate à Discriminação e ao Racismo.

Apresentamos, muito respeitosamente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a presente Indicação para que, em consonância aos demais órgãos desta Preclara Administração Pública, Secretarias, Coordenadorias e Gerências, dignas do nosso mais profundo respeito, se dignem na realização de estudos e análises objetivando agregar ainda mais Ações de Combate ao Racismo Ambiental às Políticas Públicas Municipais de Combate à Discriminação e ao Racismo.

À guisa de considerações, Benjamim Franklin Chavis dissertou que “Racismo ambiental é a discriminação racial nas políticas ambientais. É a discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial excluir, historicamente, as pessoas negras, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras”. Tânia Pacheco argumenta que “Podemos dizer que se tratam de injustiças ambientais que foram praticadas contra populações vulnerabilizadas, escolhidas a dedo, pela facilidade de atingi-las”, e sacramenta: “Por trás do racismo ambiental está o racismo em si”. (<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/17388-o-que-%C3%A9-racismo-ambiental-e-por-que-falar-sobre-isso-na-escola>).

Em <https://climainfo.org.br/2021/11/16/entenda-o-racismo-ambiental-e-o-impacto-dele-na-vida-das-pessoas/> - “Pensar sobre Racismo Ambiental no Brasil começa com o desafio de entendê-lo a partir das raízes de nossa sociedade, de origem escravocrata. “Por ser um processo estrutural, o racismo é também um processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como uma derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social”, define o professor e advogado Silvio de Almeida, em seu livro *Racismo Estrutural*. Durante a COP26 (*Conferência das Partes – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima*), representantes de mais de 220 entidades da sociedade civil assinaram um manifesto contra o racismo ambiental. “A crise climática é também humanitária e tem impacto direto na vida das populações negras, quilombolas e dos povos indígenas. No Brasil, a maioria populacional é negra e representa, hoje, 56% da população (IBGE, 2020). Negar o racismo ambiental é negar que o Estado brasileiro é racista; é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades, o aumento da fome; é negar a violação dos direitos constitucionais de comunidades, territórios quilombolas e terras indígenas; é negar a história de

PROTÓCOLO 9381/2021 - 17/11/2021 13:25



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

urbanização do país e suas profundas desigualdades territoriais”, registra a Coalizão Negra de Direitos no manifesto.”

A Justiça Climática (Ambiental) carece de vir acompanhada do combate às desigualdades raciais e sociais, para que possamos criar uma sociedade livre, justa, solidária e alçar o desenvolvimento sustentável humanizado como mote perene da nossa sociedade.

De <https://oeco.org.br/analises/justica-climatica-sem-combate-as-desigualdades-raciais-e-colonialismo/> - Vale reforçar que o conceito de racismo ambiental inclui não apenas as injustiças ambientais e a exposição desproporcional a riscos, vulnerabilizando algumas populações, mas também a exclusão dessas pessoas dos processos de tomada de decisão.

Passadas quase duas semanas de discussões sobre o clima, vemos como o racismo ambiental tem ganhado a atenção do mundo. Seja por conta da participação histórica do movimento negro e quilombola com a comitiva da Coalizão Negra por Direitos no evento. Mas também por jovens negros e periféricos, e pelos povos originários. Nos últimos dias, uma comitiva negra e quilombola que segue pela Europa, tem levado os temas do genocídio da população negra a países, como Alemanha, Espanha e França.

O interessante deste cenário é ver essa visibilidade alcançada até aqui, fruto é claro do esforço de muita gente, que antes da COP 26 também estava preocupada com a falta de representatividade das vozes destes povos, mas também dos nossos irmãos de África e de todos os países do Sul Global.

Segundo a Coalizão COP 26 – grupo da sociedade civil do Reino Unido -, essa é a Conferência do Clima mais branca e privilegiada de todos os tempos. Isso porque, até dois terços das pessoas que a Coalizão ajudava a irem para Glasgow desistiram, por uma combinação de problemas com visto e credenciamento, falta de acesso às vacinas da Covid-19 ou devido às mudanças nas regras de viagem.

O que acontece nesta COP é apenas um tempero, um primeiro passo, pois é fato que ainda somos minoria dentro deste evento. Mas precisamos lembrar que somos 56% da população brasileira. Nós falamos pela maioria. Então, demos um importante passo sobre nossa participação neste debate para nas próximas vezes, participarmos ainda mais.

Engana-se quem acha que estamos falando de clima pela primeira vez. Essa foi sim uma experiência inédita nessas proporções – apesar de estarmos com uma comitiva de certa forma pequena, com 20 pessoas.

Temos importantes militantes do movimento negro que acumularam e deram contribuições fundamentais nos últimos anos. O que estamos fazendo agora é continuar uma trajetória. E também contar essa história de um jeito diferente, usando as nossas próprias vozes, imagens e ferramentas de comunicação, para alcançarmos o maior número possível de pessoas. Temos o que apresentar, temos uma proposta de país e queremos que as políticas ambientais conversem com a realidade brasileira. O Brasil é um país negro, e isso deve ser respeitado. <https://oeco.org.br/analises/justica-climatica-sem-combate-as-desigualdades-raciais-e-colonialismo/>



## CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Assim, é a presente Indicação, protocolada muito respeitosamente, para propor a realização de estudos e análises objetivando agregar ainda mais Ações de Combate ao Racismo Ambiental às Políticas Públicas Municipais de Combate à Discriminação e ao Racismo.

Sala de Sessões “Plínio de Carvalho”, 17 de novembro de 2021.

JOÃO CLEMENTE

PROTÓCOLO 9381/2021 - 17/11/2021 13:25